



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

Número 7

Novembro de 2001

Situação Fiscal dos Municípios Paulistas (1997 a 2000)
Glaucus Bernardino Alves

ISSN 1519-7212
CGC 00.038.166/0001-05

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil	Brasília	n. 7	nov	2001	P. 1 - 20
--	----------	------	-----	------	-----------

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem a visão do Banco Central do Brasil, exceto no que se refere a notas metodológicas.

Coordenação:

Departamento Econômico (Depec)

(e-mail: depec@bcb.gov.br)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, nº 7, novembro/2001.

Controle Geral de Assinaturas

Banco Central do Brasil
Demap/Disud/Subip
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 2º Subsolo
Caixa Postal 8670
70074-900 - Brasília (DF)
Telefone (61) 414-3165
Fax (61) 414-1359

Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.

0 ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.

* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço:	Secre/Surel/Dinfo	Telefones:	(61) 414 (...)	2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406
	Edifício-Sede, 2º subsolo	DDG	0800 992345	
	SBS - Quadra 3, Zona Central	FAX	(61) 321 9453	
	70074-900 - Brasília (DF)			
Internet:	http://www.bcb.gov.br			
E-mail:	cap.secre@bcb.gov.br			

Apresentação

A institucionalização da série Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, cuja gestão compete ao Departamento Econômico (Depec), promove a divulgação de trabalhos de elaboração econômica que tenham interesse não apenas teórico, mas também conjuntural e metodológico, refletindo desse modo o trabalho gerado por funcionários da instituição em todas as suas áreas de atuação. Igualmente, poderão fazer parte da série trabalhos que, embora realizados externamente, tenham recebido suporte institucional do Banco Central.

Sumário

1. Introdução	7
2. Índices e metodologia	7
3. Análise dos índices	9
4. Considerações finais	20

Situação Fiscal dos Municípios Paulistas (1997 a 2000)

GLAUCUS BERNARDINO ALVES¹

1. Introdução

Esta nota busca apresentar dados gerais relativos à condição fiscal dos municípios paulistas, excluída a capital, com o objetivo de mostrar introdutoriamente a dimensão econômica desses entes públicos.

As administrações diretas dos entes públicos do estado de São Paulo consideradas de forma consolidada apresentaram, em 2000, um orçamento de R\$65,5 bilhões (excluindo as transferências do estado para os municípios, chega-se a R\$56,1 bilhões), sendo R\$40,7 bilhões (R\$31,3 bilhões, excluídas as transferências) do governo estadual, R\$7,9 bilhões da capital e R\$16,9 bilhões dos demais municípios. O governo do estado apresentou Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$30,3 bilhões, a capital de R\$7,7 bilhões, e os demais municípios, de R\$16,4 bilhões. Consolidadamente, a RCL de todos os entes públicos do estado de São Paulo chega a R\$54,4 bilhões.

A dimensão orçamentária dos entes públicos de São Paulo representa 5% do PIB nacional e 14% da produção estadual, correspondendo a 35% do conjunto dos orçamentos regionais.

2. Índices e metodologia

Os dados do ano 2000 têm como origem a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo feita pelo Tribunal de Contas do Estado. Deve-se ressaltar que tais dados são preliminares, não tendo ainda sido auditados. Para 1997, 1998 e 1999, as informações foram obtidas no site da internet do Tribunal de Contas, mas também não podem ser consideradas como definitivas.

As informações disponibilizadas pelo Tribunal de Contas não são completas, inviabilizando o cálculo de alguns indicadores fiscais, como, por exemplo, o resultado primário dos entes públicos.

Apesar das limitações, é possível ter uma visão geral da condição fiscal dos municípios paulistas. Como os dados foram disponibilizados de forma individualizada, permitem-se diversas maneiras de consolidação e a escolhida para esta nota foi o número de habitantes.

Segundo esse critério, os 644 municípios paulistas foram divididos em 4 grupos: até 20.000 habitantes (com 412 municípios), de 20.000 a 50.000 (117), de 50.000 a 100.000 (54) e acima de 100.000 (61).

¹/ Economista do Departamento da Dívida Pública.

Como existem restrições na apresentação das informações e diferentes critérios dos dados de 2000 comparativamente aos demais períodos, foram definidos os seguintes índices para serem analisados.

• **Dívida total/Receita Corrente Líquida (RCL)**

Os dados de Receita Corrente Líquida só existem para o ano 2000, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que introduziu tal conceito, é de maio daquele ano. Para os anos de 1997, 1998 e 1999, foi utilizada a Receita Corrente, conceito cujo valor é muito próximo da RCL, não gerando distorções no índice.

• **Despesa de pessoal/receita**

A despesa de pessoal é o item mais relevante do gasto público. Assim, passou a ser acompanhado com grande atenção tanto por analistas quanto pela legislação, como a Lei Camata e, agora, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para este índice existem dados de 1997 a 2000.

• **Receita de transferências correntes/receita corrente total**

Índice utilizado para medir o grau de dependência dos municípios em relação às transferências do estado e da União.

Para este índice existem informações de 1997 a 1999.

• **Dívida ativa/Receita Corrente Líquida (RCL)**

Este índice informa quanto o ente público tem a receber comparativamente à sua receita, portanto, trata-se de uma possível arrecadação adicional sem aumento de tributos.

• **Saldo de caixa e bancos (-) restos a pagar**

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, este valor não poderia ser negativo, uma vez que estariam sendo transferidas despesas para o exercício seguinte sem a respectiva disponibilidade de recursos.

• **Dívida em precatórios/Receita Corrente Líquida (RCL)**

Este índice mostra a proporção das dívidas judiciais do ente público relativamente à RCL.

Os dados de Dívida Ativa, Saldo de Caixa, Restos a Pagar e Dívida em Precatórios só estão disponíveis para o ano 2000.

3. Análise dos índices

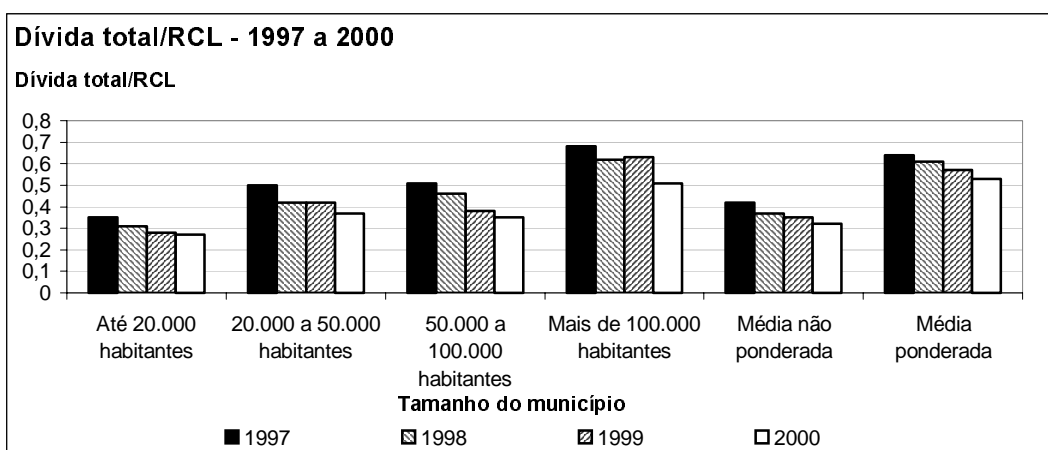
• Dívida total²/Receita Corrente Líquida (RCL)

Ao longo dos últimos quatro anos, identifica-se uma redução na relação Dívida/RCL dos municípios paulistas. O índice médio (não ponderado pela dimensão econômica) foi reduzido de 0,42, em 1997, para 0,32 em 2000. Ao considerar-se o índice médio ponderado pelos orçamentos, encontra-se a mesma trajetória, com a relação sendo reduzida de 0,64 para 0,53.

A melhoria do índice ocorre de forma constante e generalizada. Constante por apresentar redução em todos os anos (0,42, em 1997, 0,37, em 1998, 0,35, em 1999, e 0,32, em 2000) e generalizada pois tanto o conjunto dos municípios pequenos quanto o dos grandes apresentam a mesma trajetória. Os municípios com até 20.000 habitantes tiveram uma redução de 0,35 para 0,27 (23% a menos), enquanto os municípios com mais de 100.000 habitantes apresentaram uma curva descendente de 0,68 para 0,51 (queda de 25%). Para os municípios médios, a trajetória apresentada foi a mesma, 0,50 para 0,36, com redução de 28%.

Dos 644 municípios, 454 (70%) apresentaram redução da relação Dívida/RCL entre 1997 e 2000, 145 (23%) tiveram incremento e 45 (7%) mantiveram o mesmo patamar.

Dívida total/RCL - 1997 a 2000				
Municípios	1997	1998	1999	2000
Até 20.000 habitantes	0,35	0,31	0,28	0,27
20.000 a 50.000 habitantes	0,50	0,42	0,42	0,37
50.000 a 100.000 habitantes	0,51	0,46	0,38	0,35
Mais de 100.000 habitantes	0,68	0,62	0,63	0,51
Média não ponderada	0,42	0,37	0,35	0,32
Média ponderada	0,64	0,61	0,57	0,53



2/ O conceito de dívida total aqui considerado engloba tanto a dívida fundada quanto a dívida fluante.

A variação da relação Dívida/RCL ocorreu principalmente pelo aumento nominal de 63,9% da receita (24,5% real deflacionado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI médio) entre 1997 e 2000.

Quanto ao endividamento, houve uma colaboração importante para a redução do índice, já que o incremento nominal de 34,2% no período representa a estabilização da dívida em termos reais (aumento de 0,2% deflacionado pelo IGP-DI).

Deve-se ressaltar, porém, que essa estabilidade do endividamento é apenas quantitativa. A distribuição entre dívida fundada e flutuante foi significativamente alterada no período, principalmente entre 1999 e 2000. Em 1997, a dívida flutuante representava 61% da dívida total, tendo sido essa proporção reduzida para 40% em 2000 (em 1999, foi de 57%). O fator responsável por esta alteração é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou profundamente a prática de deixar restos a pagar, principal item da dívida flutuante, para o ano seguinte.

Quanto à dívida fundada, houve, entre 1997 e 2000, um aumento nominal de 144% (82% real pelo IGP-DI). Como é basicamente sobre esta dívida que há incidência de juros, pode-se dizer que de fato a condição fiscal dos municípios paulistas não melhorou no período, uma vez que a relação Dívida Fundada/RCL aumentou de 0,25 para 0,32.

Apesar desse aumento da dívida fundada, pode-se considerar que o nível de endividamento dos municípios paulistas é baixo, uma vez que apenas 4% (em 1997, eram 5%) tem endividamento superior à Receita Corrente Líquida e em 18% (em 1997, eram 28%) a dívida supera metade da RCL (ver tabela na página seguinte).

Os dados obtidos demonstram que a relação Dívida/RCL guarda uma proporção direta entre o tamanho do município e seu nível de endividamento. Isso indica a maior capacidade de os municípios maiores obterem empréstimos e financiamentos, dada a sua maior capacidade de geração de recursos e disponibilização de garantias.

Dívida total/RCL - percentuais acumulados - 1997 a 2000			
1997	> 0,3	> 0,5	> 1,0
Até 20.000 habitantes	49%	21%	2%
20.000 a 50.000 habitantes	57%	36%	9%
50.000 a 100.000 habitantes	63%	37%	9%
Mais de 100.000 habitantes	89%	51%	18%
Média não-ponderada	56%	28%	5%
1998	> 0,3	> 0,5	> 1,0
Até 20.000 habitantes	40%	16%	2%
20.000 a 50.000 habitantes	51%	31%	6%
50.000 a 100.000 habitantes	68%	34%	4%
Mais de 100.000 habitantes	82%	48%	17%
Média não-ponderada	48%	24%	4%
1999	> 0,3	> 0,5	> 1,0
Até 20.000 habitantes	32%	14%	3%
20.000 a 50.000 habitantes	52%	29%	4%
50.000 a 100.000 habitantes	57%	22%	2%
Mais de 100.000 habitantes	82%	51%	16%
Média não-ponderada	43%	21%	4%
2000	> 0,3	> 0,5	> 1,0
Até 20.000 habitantes	32%	12%	3%
20.000 a 50.000 habitantes	50%	26%	5%
50.000 a 100.000 habitantes	40%	19%	2%
Mais de 100.000 habitantes	72%	40%	9%
Média não-ponderada	40%	18%	4%

Dívida total/RCL - 1997

	Até 20.000 habitantes		20.000 a 50.000 habitantes		50.000 a 100.000 habitantes		Mais de 100.000 habitantes		Total	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
zero	4	1%	2	2%	1	2%	1	2%	8	1%
até 0,1	54	13%	11	9%	4	7%	1	2%	70	11%
até 0,2	79	19%	14	12%	6	11%	2	3%	101	16%
até 0,3	70	17%	23	20%	9	17%	3	5%	105	16%
até 0,4	68	17%	10	9%	4	7%	10	16%	92	14%
até 0,5	46	11%	15	13%	10	19%	13	21%	84	13%
até 0,6	38	9%	11	9%	4	7%	6	10%	59	9%
até 0,7	16	4%	7	6%	4	7%	6	10%	33	5%
até 0,8	13	3%	5	4%	4	7%	2	3%	24	4%
até 0,9	5	1%	4	3%	2	4%	2	3%	13	2%
até 1,0	6	1%	5	4%	1	2%	4	7%	16	2%
até 1,1	1	0%	4	3%	1	2%	2	3%	8	1%
até 1,2	2	0%	2	2%		0%	1	2%	4	1%
até 1,3		0%	1	1%		0%		0%	2	0%
até 1,4		0%		0%	2	4%	2	3%	4	1%
até 1,5	2	0%	1	1%		0%	1	2%	4	1%
até 1,6	1	0%		0%	1	2%	1	2%	3	0%
até 1,7	1	0%	1	1%		0%		0%	2	0%
até 1,8		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,9		0%		0%		0%		0%	1	0%
até 2,0		0%		0%		0%		0%	1	0%
> que 2,0	2	0%	1	1%	1	2%	2	3%	6	1%
Sem dados	4	1%	0	0%	0	0%	0	0%	4	1%
Total	412	100%	117	100%	54	100%	61	100%	644	100%
Média	0,35		0,50		0,51		0,68		0,42	

Dívida total/RCL - 1998

	Até 20.000 habitantes		20.000 a 50.000 habitantes		50.000 a 100.000 habitantes		Mais de 100.000 habitantes		Total	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados
zero	11	3%	2	2%	1	2%	1	2%	15	2%
até 0,1	64	16%	10	9%	2	4%	0	0%	76	12%
até 0,2	99	24%	21	18%	6	11%	2	3%	128	20%
até 0,3	67	16%	24	17%	8	15%	8	13%	107	17%
até 0,4	53	13%	12	10%	13	24%	9	15%	87	14%
até 0,5	43	10%	11	9%	5	9%	11	18%	70	11%
até 0,6	20	5%	9	8%	6	11%	6	10%	41	6%
até 0,7	18	4%	6	5%	5	9%	6	10%	35	5%
até 0,8	11	3%	4	3%	3	6%	3	5%	21	3%
até 0,9	6	1%	5	4%	1	2%	3	5%	15	2%
até 1,0	2	0%	5	4%	1	2%	1	2%	9	1%
até 1,1	4	1%	2	2%	1	2%	3	5%	10	2%
até 1,2		0%	3	3%		0%	1	2%	4	1%
até 1,3	1	0%	1	1%		0%		0%	2	0%
até 1,4	2	0%		0%		0%		0%	2	0%
até 1,5		0%		0%		0%	4	7%	4	1%
até 1,6	1	0%		0%		0%		0%	1	0%
até 1,7		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,8		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,9		0%		0%		0%	1	2%	1	0%
até 2,0	1	0%		0%		0%	1	2%	2	0%
> que 2,0		0%	1	1%	1	2%		0%	2	0%
Sem dados	9	2%	1	1%	1	2%	1	2%	12	2%
Total	412	100%	117	100%	54	100%	61	100%	644	100%
Média	0,31		0,42		0,46		0,62		0,37	

Dívida total/RCL - 1999

	Até 20.000 habitantes		20.000 a 50.000 habitantes		50.000 a 100.000 habitantes		Mais de 100.000 habitantes		Total	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
zero	9	2%	2	2%	2	4%	0	0%	13	2%
até 0,1	74	18%	9	8%	4	7%	2	3%	89	14%
até 0,2	109	26%	26	22%	8	15%	3	5%	146	23%
até 0,3	76	18%	18	15%	8	15%	5	8%	107	17%
até 0,4	36	9%	15	13%	11	20%	7	11%	69	11%
até 0,5	35	8%	12	10%	7	13%	11	18%	65	10%
até 0,6	25	6%	2	2%	3	6%	6	10%	36	6%
até 0,7	15	4%	12	10%	4	7%	6	10%	37	6%
até 0,8	5	1%	5	4%	2	4%	5	8%	17	3%
até 0,9	1	0%	5	4%	2	2%	2	3%	9	1%
até 1,0		0%	4	3%	1	0%	1	2%	5	1%
até 1,1	2	0%		0%		0%	1	2%	3	0%
até 1,2	1	0%	1	1%		0%		0%	2	0%
até 1,3	3	1%	1	1%		0%	2	3%	6	1%
até 1,4	1	0%		0%		0%	2	3%	3	0%
até 1,5		0%	1	1%		0%		0%	1	0%
até 1,6	1	0%		0%		0%	3	5%	4	1%
até 1,7		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,8	2	0%	1	1%		0%		0%	3	0%
até 1,9		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 2,0		0%		0%		0%		0%	0	0%
> que 2,0	1	0%	1	1%	1	2%	1	2%	4	1%
Sem dados	16	4%	2	2%	3	6%	4	7%	25	4%
Total	412	100%	117	100%	54	100%	61	100%	644	100%
Média	0,28		0,42		0,38		0,63		0,35	

Dívida total/RCL - 2000

	Até 20.000 habitantes		20.000 a 50.000 habitantes		50.000 a 100.000 habitantes		Mais de 100.000 habitantes		Total			
	Quantidade	Percentual		Quantidade	Percentual		Quantidade	Percentual		Quantidade	Percentual	
		S/ total	S/ com dados		S/ total	S/ com dados		S/ total	S/ com dados		S/ total	S/ com dados
zero	5	1%	1%	0	0%	0%	1	2%	2%	7	1%	1%
até 0,1	99	24%	27%	21	18%	19%	8	15%	17%	133	21%	23%
até 0,2	82	20%	22%	16	14%	14%	4	7%	9%	106	16%	18%
até 0,3	64	16%	17%	19	16%	17%	15	28%	32%	104	16%	18%
até 0,4	44	11%	12%	15	13%	13%	5	9%	11%	77	12%	13%
até 0,5	29	7%	8%	12	10%	11%	5	9%	11%	51	8%	9%
até 0,6	15	4%	4%	6	5%	5%	3	6%	6%	31	5%	5%
até 0,7	8	2%	2%	8	7%	7%	2	4%	4%	20	3%	3%
até 0,8	9	2%	2%	7	6%	6%	2	4%	4%	21	3%	4%
até 0,9	3	1%	1%	1	1%	1%	1	0%	0%	8	1%	1%
até 1,0		0%	0%	1	1%	1%	1	2%	2%	4	1%	1%
até 1,1	4	1%	1%	3	3%	3%		0%	0%	8	1%	1%
até 1,2	1	0%	0%	2	2%	2%	1	2%	2%	4	1%	1%
até 1,3	1	0%	0%		0%	0%	1	2%	2%	2	0%	0%
até 1,4		0%	0%	1	1%	1%		0%	0%	2	0%	0%
até 1,5	1	0%	0%		0%	0%	1	2%	2%	2	0%	0%
até 1,6		0%	0%		0%	0%		0%	0%	1	0%	0%
até 1,7	1	0%	0%		0%	0%		0%	0%	0	0%	0%
até 1,8	1	0%	0%		0%	0%		0%	0%	1	0%	0%
até 1,9		0%	0%		0%	0%		0%	0%	1	0%	0%
até 2,0		0%	0%		0%	0%		0%	0%	1	0%	0%
> que 2,0	1	0%	0%		0%	0%	1	2%	2%	2	0%	0%
Sem dados	44	11%		5	4%		7	13%		60	9%	
Total	412	100%		117	100%		54	100%		644	100%	
Média	0,27			0,37			0,35			0,32		

Dívida ativa/RCL - 2000

	Até 20.000 habitantes		20.000 a 50.000 habitantes		50.000 a 100.000 habitantes		Mais de 100.000 habitantes		Total	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados	S/ total	S/ com dados
zero	3	1%	1	1%	1	2%	1	2%	6	1%
até 0,1	319	77%	39	33%	14	26%	7	11%	379	59%
até 0,2	62	15%	40	34%	16	30%	12	20%	130	20%
até 0,3	13	3%	22	19%	11	20%	16	26%	62	10%
até 0,4	5	1%	2	2%	6	11%	5	8%	18	3%
até 0,5	3	1%	4	3%	3	0%	5	8%	12	2%
até 0,6	2	0%	3	3%	3	6%	6	10%	14	2%
até 0,7		0%		0%	1	2%	1	2%	2	0%
até 0,8		0%		0%		0%	2	3%	2	0%
até 0,9		0%		0%		0%	2	3%	2	0%
até 1,0		0%	1	1%		0%	1	2%	2	0%
até 1,1		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,2		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,3		0%	1	1%	1	2%		0%	2	0%
até 1,4		0%		0%		0%	1	2%	1	0%
até 1,5	1	0%	1	1%		0%	1	2%	3	0%
até 1,6		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,7		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,8		0%		0%		0%		0%	0	0%
até 1,9		0%	1	1%		0%	1	2%	1	0%
até 2,0		0%	1	1%		0%		0%	1	0%
> que 2,0	2	0%	1	1%	1	2%		0%	4	1%
Sem dados										
Total	2	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	0%
Média	412	100%	117	100%	54	100%	61	100%	644	100%
	0,10		0,24		0,26		0,39		0,17	

• Dívida ativa/Receitaorrente Líquida (RCL)

Em 2000, a Dívida Ativa dos municípios paulistas, excluída a capital, totalizava R\$5,2 bilhões. Esse valor corresponde a 85% da Dívida Fundada (R\$6,1 bilhões) e a 60% da Dívida Total (R\$8,6 bilhões). Acrescentando à Dívida Ativa os R\$900 milhões de Disponibilidades de Caixa, verifica-se que a Dívida Fundada Líquida é nula e a Dívida Total Líquida é de R\$2,5 bilhões, representando apenas 15% da Receita Corrente Líquida.

Dívida ativa/RCL - 2000	
Municípios	2000
Até 20.000 habitantes	0,10
20.000 a 50.000 habitantes	0,24
50.000 a 100.000 habitantes	0,26
Mais de 100.000 habitantes	0,39
Média não ponderada	0,17
Média ponderada	0,32

Portanto, se a capacidade de recuperação dos valores da Dívida Ativa for elevada, pode-se concluir que os municípios paulistas não terão problemas quanto ao endividamento.

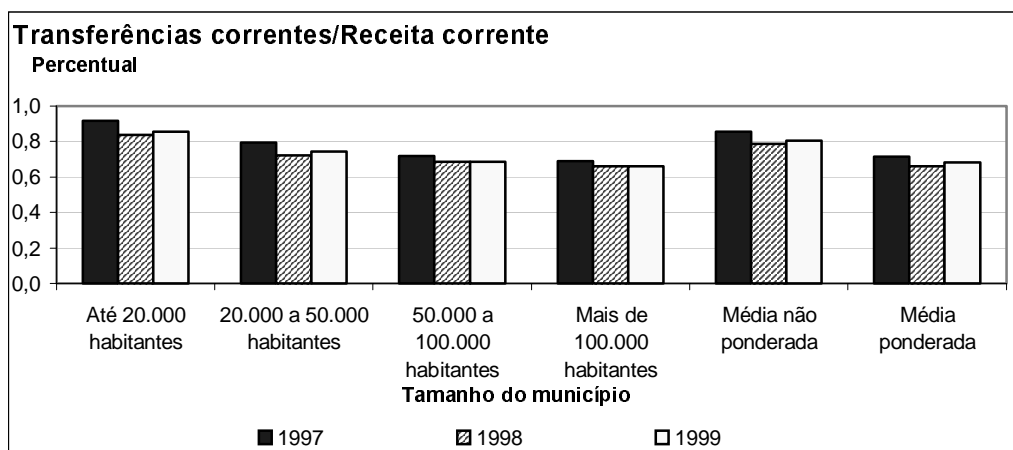
Assim como no caso da Dívida Total, a relação Dívida Ativa/RCL mantém uma forte correlação com o tamanho do município (para os pequenos a proporção é 0,10 e para os grandes 0,39).

Existem dois fatores que justificam esta correlação. Em primeiro lugar, os municípios maiores têm maior proporção de receitas próprias (34% contra 14% dos municípios menores), e, portanto, maior probabilidade de sofrerem com a inadimplência dos contribuintes. Adicionalmente, os municípios de maior porte têm, em geral, uma estrutura jurídica mais eficiente, sendo, portanto, mais capazes de inscrever Dívida Ativa.

• Receita de transferências correntes/receita corrente total

Entre 1997 e 1999, houve uma redução na dependência dos municípios paulistas em relação às transferências do estado e da União. A proporção foi reduzida de

Transferências correntes/Receita corrente			
Municípios	Em percentual		
	1997	1998	1999
Até 20.000 habitantes	91,7	83,9	85,7
20.000 a 50.000 habitantes	79,6	72,1	74,5
50.000 a 100.000 habitantes	72,0	68,7	68,5
Mais de 100.000 habitantes	68,8	65,9	66,1
Média não ponderada	85,6	78,8	80,4
Média ponderada	71,4	65,9	68,1



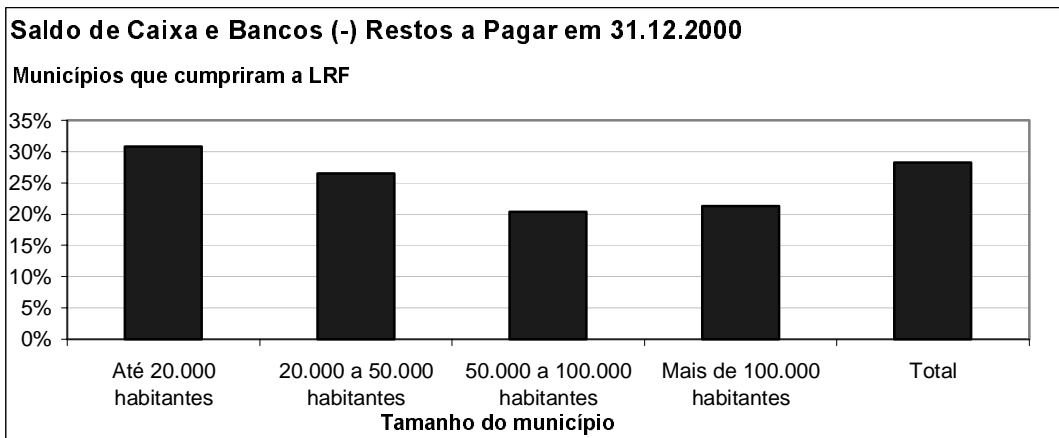
85,6% para 80,4%, considerando a média não ponderada pela dimensão dos orçamentos, e de 71,4% para 68,1%, considerando a média ponderada. Deve-se ressaltar que não se trata de uma tendência, já que os valores de 1998 foram inferiores aos de 1999.

Verifica-se que há uma forte correlação entre o tamanho do município e a dependência de transferências. Quanto maior o município, menor sua dependência, uma vez que sua capacidade de arrecadação própria é maior.

• Saldo de caixa e bancos (-) restos a pagar

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, este valor não poderia ser negativo, uma vez que estariam sendo transferidas despesas para o exercício seguinte sem a respectiva disponibilidade de recursos.

Municípios	Quantidade				Percentual			
	Positivo	Negativo	s/ dados	Total	Positivo	Negativo	s/ dados	Total
Até 20.000 habitantes	127	283	2	412	31	69	0	100
20.000 a 50.000 habitantes	31	84	2	117	26	72	2	100
50.000 a 100.000 habitantes	11	43	0	54	20	80	0	100
Mais de 100.000 habitantes	13	48	0	61	21	79	0	100
Total	182	458	4	644	28	71	1	100



No entanto, verifica-se, para o ano 2000, que a maioria dos municípios paulistas (71%) não cumpriu tal exigência. Os maiores municípios (com mais de 50.000 habitantes) apresentaram os piores resultados: cerca de 80% apresentaram disponibilidades insuficientes. Em contrapartida, entre os municípios com menos de 20.000, 69% tinham restos a pagar superiores ao saldo de caixa.

• Despesa de pessoal/receita

Verifica-se, ao longo dos últimos quatro anos, uma redução da participação da despesa de pessoal na receita. A proporção, que era de 51,5% em 1997, reduziu-se, em 2000, para 46,4%.

Em princípio, a Lei de Responsabilidade Fiscal não influenciou essa queda, uma vez que tal redução já vinha ocorrendo de forma constante antes de sua vigência (em 1998, a proporção foi de 48,8% e, em 1999, de 47,7%). Assim, o mais provável é que a Lei Camata seja a responsável pela redução, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal, por manter a mesma lógica daquela, seja uma substituta adequada à manutenção da trajetória verificada.

Utilizando-se os dados do ano 2000, verifica-se que apenas 5% dos municípios não cumprem o limite de 60% da Lei de Responsabilidade Fiscal, havendo uma maior concentração (8%) entre os maiores municípios.

Verifica-se também que a proporção de despesa de pessoal relativamente à receita independe do tamanho do município, ficando em 46% a média tanto dos municípios pequenos quanto dos médios e dos grandes.

Despesa com pessoal/Receita - 2000									
Municípios	Quantidade				Percentual				Média
	> que 60%	< que 60%	s/ dados	Total	> que 60%	< que 60%	s/ dados	Total	
Até 20.000 habitantes	18	365	29	412	4	89	7	100	46
20.000 a 50.000 habitantes	5	108	4	117	4	92	3	100	47
50.000 a 100.000 habitantes	2	48	4	54	4	89	7	100	46
Mais de 100.000 habitantes	5	50	6	61	8	82	10	100	46
Total	30	571	43	644	5	89	7	100	46

• Dívida em precatórios/Receita Corrente Líquida (RCL)

A Dívida em Precatórios informada pelos municípios paulistas é de R\$1,3 bilhão, valor que corresponde a 8% da Receita Corrente Líquida. No entanto, deve-se ressaltar que alguns municípios não informaram tais valores, sendo que a maior concentração está entre aqueles com mais de 100.000 habitantes. Campinas, Osasco, Santos e Diadema (que juntos representam 10% da RCL dos municípios paulistas, excluída a capital) são alguns exemplos de entes que não apresentaram as informações relativas à Dívida em Precatórios.

4. Considerações finais

Quanto ao endividamento, pode-se dizer que, em geral, a condição fiscal dos municípios paulistas é boa. Eles apresentam um baixo nível de endividamento total (0,53 da RCL) e, quando se considera apenas a Dívida Fundada, sobre a qual há incidência de juros, a proporção em relação à Receita Corrente Líquida é de 0,32.

Além disso, a Dívida Fundada Líquida é nula, uma vez que a soma da Dívida Ativa com as Disponibilidades de Caixa apresenta valor equivalente ao da Dívida Fundada, indicando que, caso a taxa de recuperação da Dívida Ativa seja satisfatória, a condição fiscal dos municípios paulistas é bastante confortável.

Deve-se ressaltar que tal conclusão vale para a análise agregada, não podendo ser descartada a possibilidade de vários municípios apresentarem situação severamente desfavorável.

Verificou-se, também, que os municípios apresentam grande dependência de receitas oriundas das transferências do estado de São Paulo e da União. A Receita Própria representa apenas 32% do total da Receita Corrente.

Foram avaliados, também, o índice de cumprimento de dois itens da Lei de Responsabilidade Fiscal: Despesa de Pessoal/Receita e; Disponibilidades (-) Restos a Pagar.

Quanto aos gastos com pessoal, verificou-se que apenas 5% dos municípios não cumpriram o limite de 60% da Receita, ficando a média em 46%.

Contrariamente, apenas 28% dos municípios apresentaram Disponibilidades de Caixa superiores aos Restos a Pagar no ano passado; portanto, quase $\frac{3}{4}$ não cumpriram esta exigência da LRF.